

Candidata à 'rainha do tabaco', Soraya ataca Anvisa por proibir cigarros VAPES

[N topmidianews.com.br/politica/soraya-ataca-anvisa-apos-proibicao-de-cigarros-vapes-oferece-o-pior/202025](https://topmidianews.com.br/politica/soraya-ataca-anvisa-apos-proibicao-de-cigarros-vapes-oferece-o-pior/202025)



Saiba Mais

Articuladora da regulamentação dos cigarros eletrônicos no País, a senadora Soraya Thronicke (Podemos) viu a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, manter a proibição desse tipo de produto em solo brasileiro.

Soraya, que já se encontrou com magnata da indústria tabagista mundial, defende que o produto seja regulamentado. Dessa forma, as autoridades terão conhecimento sobre que tipo de substância o usuário consome. Com o contrabando, reflete a senadora, não é possível fazer tal controle.

Ataques

"A Anvisa oferece ao povo brasileiro o que há de pior no consumo da nicotina!", lamentou a parlamentar. Ela destacou que a decisão da Agência só beneficia o crime organizado e que vai na contramão da maioria dos países desenvolvidos.

Suspeitas

A senadora do MS comentou que a decisão do órgão, em manter a proibição do cigarro eletrônico, se deu de forma unânime, o que gera estranheza para ela.

"... o que nos causa 'espécie' é mais uma decisão unânime! Tudo tem sido unânime na Anvisa! É muita coincidência!", reclamou Thronicke. Na postagem seguinte ela faz outra reflexão:

"De repente a CPI poderá esclarecer tantas questões... ", escreveu a parlamentar no X (antigo Twitter).



Soraya bota suspeita em decisão da Anvisa (Foto: Marcos Oliveira - Agência Senado)

Decisão

Segundo a Anvisa, as proibições mantidas são:

- Fica mantida a proibição de fabricação, importação, comercialização, distribuição, armazenamento e transporte, e a propaganda de todos os dispositivos eletrônicos para fumar, inclusive de acessórios, peças e refis.
- Também permanece proibido o ingresso no país de produto trazido por viajantes, por qualquer forma de importação, incluindo a modalidade de bagagem acompanhada.
- O regulamento aprovado não alcança a proibição do uso individual.